

MPs terão muitas emendas

Os deputados senadores terão até sexta-feira para apresentarem propostas de emendas as duas medidas provisórias do novo pacote econômico. A secretaria do Congresso Nacional já se prepara para receber perto de mil emendas para cada uma das medidas, de acordo com a média registrada pelas MPS mais polêmicas do Plano Collor. Para permitir melhor análise das matérias em discussão, o prazo de emendas foi prorrogado em dois dias.

O primeiro passo formal na tramitação do pacote econômico ocorrerá hoje, às 18h30, com a leitura das medidas provisórias 294 e 295, no plenário do Congresso Nacional. Durante a mesma sessão, serão conhecidos os nomes dos sete deputados e senadores que farão parte da comissão encarregada de estudar cada uma das matérias. Caberá ao bloco parlamentar majoritário que reúne partidos aliados ao governo — PFL e PRN — indicar os relatores para coordenar a negociação política dos textos. Com base nas emendas oferecidas, os relatores deverão apresentar suas conclusões ao plenário até o dia 16. Como os trabalhos serão interrompidos pelo carnaval, a votação das

medidas no plenário não deverá ocorrer antes do dia 20.

Teste

O pacote econômico do governo passará pelo seu primeiro teste no plenário ainda esta semana, segundo a Resolução nº 1, que regulamenta a tramitação das medidas provisórias, cinco dias após a publicação no *Diário Oficial*, as medidas passam pelo teste da "admissibilidade": elas só continuarão valendo se forem consideradas "relevantes e urgentes". Não houve nenhuma medida até hoje barrada nessa preliminar.

O passo seguinte será a análise do conteúdo das medidas nas comissões, etapa em que os prováveis "Projetos de Conversão" — projetos que introduzem mudanças substanciais nos textos originais das MPS — deverão ser intensamente negociados pelos relatores. A Resolução nº 1 fixa em 15 dias, contados da publicação no *Diário Oficial*, o prazo para os relatores apresentarem a conclusão de seus trabalhos. Qualquer mudança depende dos votos de maioria simples dos parlamentares, com a presença no plenário de, no mínimo, 252 deputados e 41 senadores. O prazo de votação das medidas termina no dia 3 de março.



Magalhães preferiu não comentar as novas medidas econômicas